

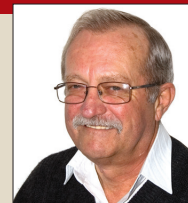
Planejamento da manufatura

O enorme fosso entre a administração pública, instituições de ensino e indústrias (II)

Este texto dá continuidade à abordagem de situações consideradas problemáticas, muitas delas de conhecimento público, que vêm emperrando o crescimento industrial do País pela falta, dentre outros itens, de um plano diretor realmente sério e eficiente, visto o total descompasso e a falta de interação entre os setores responsáveis pela administração pública, entidades de ensino e indústrias, além da existência de problemas específicos em cada um deles. Ao mesmo tempo, pretende-se apresentar sugestões, para aquilo que for possível, que, uma vez colocadas em prática, e desde que corretamente administradas, certamente trarão benefícios à coletividade.

O assunto vem sendo tratado nesta coluna desde a última edição de junho. A fim de melhor ilustrar o quadro que se apresenta, optou-se por relatar o caso já apresentado nesta coluna, de uma empresa de informática que abraçou um grande desafio no desenvolvimento de um *software* destinado à administração industrial e que, no seu transcorrer, e, mesmo após a sua conclusão, enfrentou e continua enfrentando uma série de

Pedro Paulo Lanetzki
pedro.lanetzki@gmail.com



dificuldades para concretizar com sucesso a missão que se predispôs a cumprir.

Conforme já relatado, essa empresa optou por repassar os conceitos, metodologias e o próprio simulador, sem quaisquer ônus, às faculdades, universidades e demais centros de ensino, habilitando a atualização de professores e alunos, que serão futuros profissionais da indústria.

A ideia é criar um ambiente virtual industrial dentro da sala de aula, a fim de gerar situações para a busca de soluções práticas, objetivas e funcionais para a melhor utilização dos recursos disponíveis (em máquinas, equipamentos, materiais e mão de obra), objetivando a redução de custos e o aumento da produtividade, para tornar a indústria competitiva tanto no mercado interno quanto no mercado externo, colaborando com o crescimento industrial do País.

As dificuldades encontradas para que tal objetivo venha a ser alcançado e as sugestões de como saná-las ou, no mínimo, reduzi-las, estão descritas a seguir.

Administração pública

Impostos, taxas e encargos

É inegável que um dos fatores que contribuem para que o produto não

apresente condições de competitividade no mercado interno e/ou externo é a excessiva taxação dos encargos governamentais junto à indústria. Infelizmente, a mecânica envolvida é clara: quanto mais o governo gasta, mais receita é necessária.

A solução seria minimizar os gastos, diminuir a receita e, com isso, reduzir os encargos? O caminho não seria esse, o que ocorre é:

- a malversação dos recursos públicos;
- a geração e o desenvolvimento de projetos cujos resultados apresentam-se incertos e que, muitas vezes, não justificam os investimentos realizados;
- a criação de *lobbys* para pressionar políticos e funcionários governamentais a apoiar medidas e projetos favoráveis a quem eles representam, beneficiando, com isso, grupos restritos em detrimento da coletividade;
- a estruturação nefasta e ostensiva do exercício da política, quando as reais necessidades do País e da coletividade são ignoradas para atender aos interesses de grupos minoritários, certos de que a impunidade lhes será garantida.

Planejamento da manufatura

Pesquisa e inovação

De acordo com um levantamento realizado pela Thomson Reuters, considerada a maior agência de notícias do mundo, enquanto Índia, China e Coreia do Sul direcionam suas linhas de desenvolvimento em áreas como física, química, engenharia e estudo de materiais, no Brasil, os esforços estão concentrados em uma área definida como “economia do conhecimento da natureza”, que inclui ciências agrícolas, estudo de plantas e animais, farmacologia e toxicologia.

A título de comparação, a China, que atingiu e nunca mais largou o topo do *ranking* de produção de máquinas-ferramenta em 2009, e hoje dá um banho de

diferenças percentuais também em exportação em relação aos segundos colocados, prefere investir em estudos de materiais, ciências da computação, engenharia, matemática, geociências, física e química.

São justamente essas áreas de interesse que fazem a diferença na hora de comparar os resultados, e o Brasil está ficando para trás em vários deles.

Se a ideia é deixar de ser um país desenvolvido para se dedicar a áreas de pesquisa que garantam um futuro melhor a longuíssimo prazo, pode ser que o Brasil esteja no rumo certo. Aí, o discurso tem de mudar. Mas se o que se pretende, como dizem as autoridades de plantão, é se tornar

competitivo em diferentes atividades que assegurem esta e algumas próximas gerações, parece que a guinada tem de ser dada imediatamente.

Linhas de fomento em investimentos

É inegável a diferença no trato dispensado pelas áreas governamentais na cessão de créditos à indústria, dependendo de seu porte, influência e da penetração de seus gestores junto a administração pública.

Enquanto uma grande indústria tem uma relativa facilidade em conseguir o que é pleiteado, face às garantias que pode disponibilizar e eventualmente dos privilégios que possa gozar, em

Planejamento da manufatura

contrapartida, uma indústria de menor porte, muitas vezes, não pode oferecer o que lhe é exigido, mesmo que o montante envolvido seja relativamente pequeno. A ela não resta outra saída senão recorrer à iniciativa privada, onde o que se pretende vai acabar saindo mais caro, devido aos encargos serem maiores. Com isso, essas empresas já começam a perder competitividade logo nos primeiros passos.

Fundações de amparo à pesquisa

É incontestável a contribuição de fundações como facilitadoras do desenvolvimento de novos projetos voltados para a pesquisa e a inovação, e muito têm con-

tribuído para o crescimento do País, inclusive no segmento industrial.

Porém, existe uma ressalva ao que se julga de capital importância e que diz respeito, não ao setor analisado, mas, principalmente, à sua atuação na cadeia da qual participam o governo, as instituições de ensino e as indústrias. O que passa a ser relatado não é um caso isolado, mas tem-se conhecimento de que ocorreu em diversas ocasiões, envolvendo diferentes estudos.

Ao submeter um projeto que envolva particularidades específicas do setor produtivo de uma indústria, por exemplo, sendo que a problemática envolvida

requer um conhecimento mais amplo do ponto de vista técnico, e, em este não estando presente na literatura competente, o proponente do projeto dificilmente conseguirá aprovação, visto que o avaliador, que não tem conhecimento suficiente para visualizar o problema apresentado, em hipótese alguma, conseguirá “enxergar” a razão ou o porquê da inovação proposta.

O que se apresenta voltará a ser abordado nas próximas edições, bem como os demais setores abrangidos, além dos problemas envolvidos na interação entre eles. Sugestões serão apresentadas no sentido de solucioná-los ou, ao menos, minimizá-los. 